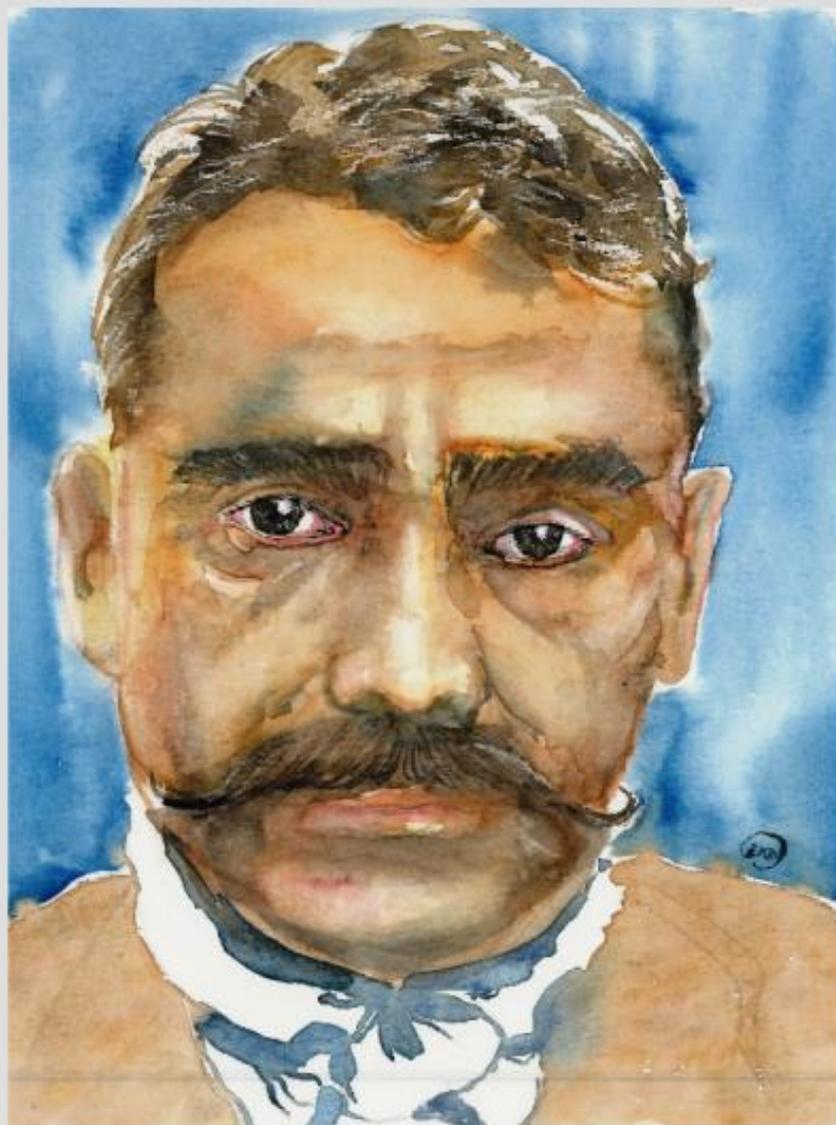


A LUTA DE CLASSES NA REVOLUÇÃO MEXICANA DE 1910

The Class Struggle in the Mexican Revolution of 1910

Everaldo de **OLIVEIRA ANDRADE** (Doutor em História pela USP e professor da Universidade de Guarulhos, São Paulo, Brasil)



Emiliano Zapata

O século XIX foi o período de formação da nação mexicana e, ao lado da Revolução de 1910, cravou em sua História as grandes linhas do seu desenvolvimento posterior. Os exércitos camponeses dos padres Hidalgo e Morelos, mesmo derrotados na revolução popular de independência iniciada em 1810, permaneceram na memória nacional e, principalmente, como substrato da luta camponesa pela terra. Como contraponto, o temor da rebelião indígena-camponesa galvanizou as forças conservadoras contra as maiorias do novo país. A herança desta luta popular marcará os principais conflitos sociais do século seguinte como a revolução de 1910.

Os primeiros anos do México independente foram marcados pela instabilidade e desagregação política do antigo núcleo colonial, que deveria ser à base de estruturação do novo estado que nascia sobre a derrota dos camponeses. Esta incapacidade da elite dominante favoreceu a desarticulação e desmembramento territorial do país, que se tornou válvula de escape provisória para as disputas entre sulistas e nortistas dos EUA. Em 1836 o Texas se separa e proclama sua independência. Com a guerra de 1846-1848 com os EUA, o México é ocupado e obrigado a ceder praticamente metade do seu território. Este trauma nacional favorece o surgimento de uma oposição liberal defensora de uma modernização capitalista para o país que atacasse os privilégios de caráter oligárquico e corporativo.

A revolução liberal de 1856 e a constituição de 1857, liderada por Benito Juárez, abriu caminho para atacar os privilégios da igreja católica – poderoso baluarte conservador – e da aristocracia fundiária. A luta contra a igreja, os latifundiários e a invasão francesa que se segue, apoiou-se em uma guerra de massas de 1857 a 1867, contra os invasores e seus aliados locais do clero e da aristocracia conservadora. Após o fuzilamento do imperador Maximiliano I, imposto por Napoleão III, os liberais estavam em melhores condições para retomar seu projeto político.¹ Uma nova concentração latifundiária expandiu-se, tomando terras das comunidades agrárias indígenas. Pretendia-se, com isso, o incentivar o surgimento de uma nova classe de pequenos agricultores proprietários. O governo mexicano nunca cogitara em realizar, como ocorrera nos EUA, uma grande distribuição de terras públicas para dissolver tensões sociais. Para os liberais tratava-se de inserir a economia mexicana plenamente no mercado mundial, abrir caminho para o capitalismo industrial e permitir o fortalecimento de uma burguesia empreendedora. As terras comunitárias indígenas seriam, segundo esta ideologia liberal, obstáculos à difusão das pequenas propriedades, da ampliação de um mercado interno e, principalmente, da necessária liberação de mão-de-obra ainda presa à terra para o mercado de trabalho nas cidades.

O passo seguinte foi a abertura do país as grandes empresas europeias e estadunidenses. Esse processo deu-se no período da História mexicana conhecida como “porfiriato”, quando o presidente Porfírio Díaz governou o país entre os anos de 1876 e 1880 e de 1884 e 1911.² O período do porfiriato corresponde ao desenvolvimento do capitalismo nacional nas condições de expansão mundial do capital e ascensão do imperialismo, provocando contradições sociais e políticas profundas no país.³ Na época de Díaz foram ampliadas as relações capitalistas no campo, impulsionadas por empresas estrangeiras em associação com empresários locais, que tomavam terras supostamente devolutas para trazer colonos estrangeiros. Na prática, houve o confisco violento de terras dos camponeses indígenas, dos pueblos e das comunidades, favorecendo o desenvolvimento da fronteira norte e a exploração de jazidas minerais. Grandes ferrovias foram construídas como alavancas para unificar o mercado interno, permitir a rápida circulação de mercadorias e sufocar os núcleos de resistência indígena e popular à centralização do estado nacional. Até 1869 existiam apenas 205 km de ferrovias. Mas nos anos seguintes o crescimento foi vertiginoso: em 1890 já havia 9.558 km e em 1910 a rede chegou a 19.205

quilômetros. Com isso cresceu a urbanização, a circulação de moeda e a concentração de capitais nas mãos de grandes indústrias estrangeiras.⁴

As classes no período pré-revolucionário

Entre os diferentes setores da burguesia mexicana havia pontos de atrito que cresceram e ganharam densidade política. O surgimento de uma classe dirigente nacional, limitada até então a uma elite econômica essencialmente regional, foi o grande diferencial do período Díaz. Esse setor provinha do controle da terra, mas também da intermediação de negócios em empresas estrangeiras, que buscavam associar-se à elite local para facilitar sua penetração no país.⁵ O capitalismo consolidava-se por cima, em núcleos modernos e restritos. Isto realçava contradições mesmo entre a burguesia mexicana preterida das benesses oferecidas pelo estado nacional.

O proletariado moderno surge no México com a categoria dos trabalhadores das ferrovias, primeira grande iniciativa capitalista sem heranças artesanais. O proletariado industrial cresceu e entre os anos de 1895 e 1900 cresceu de 692.697 para 803.294 trabalhadores, excluindo o setor dos transportes e do funcionalismo público. A classe operária crescera numericamente, mas estava ainda longe de tornar-se capaz de desenvolver uma luta política independente. A organização sindical, além disso, era ainda muito desigual e diferenciada em ramos de indústrias e regiões. Outro obstáculo foi a repressão a todas as formas de organizações operárias independentes. Os movimentos e greves eram raros. Porém, no final do século XIX o contato crescente com os operários estrangeiros da fronteira com os EUA e um sentimento crescente de nacionalismo e de consciência de classes começou a mudar este cenário.⁶ Foram registradas entre 1876 e 1911 cerca de 250 greves, que demonstravam a continuidade ininterrupta das lutas operárias contra o capitalismo em ascensão.

O principal núcleo político nesta época de formação do movimento operário foi encabeçado por liberais radicais. Em agosto de 1890, liderados por Ricardo Flores Magón, iniciam a publicação do jornal *Regeneración*, que chegou a alcançar 25 mil exemplares por edição e influenciou importantes setores operários industriais e da classe média mexicana.⁷ Em 1901 o grupo funda o Partido Liberal Mexicano, primeiro partido nacional de oposição. Após ser exilado nos EUA 1904, Magón entra em contato com militantes sindicais e dirigentes anarquistas nos EUA e assume um novo programa nacionalista e democrático radical. Os magonistas conseguiram ter influência importante em várias lutas sindicais do México como nos setores operários dos portos de Vera Cruz e Tampico.⁸

Entre os setores da classe média às frustrações eram crescentes, embora tenham se beneficiado do período de ascensão do capitalismo sob o porfiriato. Os jovens mexicanos formados em universidades tinham possibilidades restritas de ingresso na burocracia federal, sendo preteridos por estrangeiros nos níveis de gerência das empresas. A imprensa, reduto tradicional dos intelectuais liberais, era severamente controlada pelo governo.

A crise econômica e política

A crise econômica mundial de 1907 desestabilizou o quadro de estabilidade imposto pelo porfiriato. O idílio em que viviam as camadas privilegiadas começava a ruir. Houve uma derrubada do mercado internacional de cobre e os preços de vários outros metais. Foram

despedidos milhares de trabalhadores das minas de Hidalgo, Sonora, Chihuahua e Durango no norte do país.

A reação do governo à crise econômica foi desastrosa, aprofundando seus efeitos. Abandonou o padrão prata da moeda nacional e adotou o padrão ouro, provocando mais inflação. Algo que já vinha sendo incentivado pelo fluxo crescente de investimentos externos que entre 1900 e 1910 alcançou três bilhões de dólares, três vezes mais que no período anterior, provocando alta dos preços e queda dos salários reais. O crédito se tornou escasso e levou à catástrofe milhares de comerciantes e pequenos empresários. No norte do país as condições de vida dos trabalhadores foram brutalmente rebaixadas. Houve um encarecimento geral dos artigos de consumo e uma queda real dos salários entre 1908 e 1911. As mobilizações operárias ganharam uma nova tonalidade nunca antes vista. Houve greve dos têxteis de Vera Cruz em junho de 1906, a greve dos mineiros de Cananea no estado de Sonora, em janeiro de 1907 e o movimento dos ferroviários em Chihuahua em 1908 tiveram grande repercussão política. Porfírio Diaz enviou o exército para reprimir as lutas e provocou um banho de sangue de operários. As massas populares, que sentiam brutalmente os efeitos da crise, buscavam um ponto de apoio político para combater em larga escala e superar a dispersão e o regionalismo.

A concentração de terras alcançou cifras exorbitantes em 1910 e segundo o censo, o México contava com 15.760.400 habitantes em um território de 1.972.546 quilômetros quadrados. E 80% da população era rural, vivendo em povoados com menos de 5.000 habitantes. Também se registrava a existência de 834 fazendeiros donos de 167.968.814 hectares.⁹ No Norte, em rápido crescimento econômico destacavam-se movimentos sociais de rancheiros ou excolonos militares que perdiam terras. No Sul, as contradições do avanço do capitalismo sobre as terras comunitárias reacenderam a luta camponesa. A liquidação generalizada das comunidades camponesas livres era um objetivo econômico e social do estado mexicano que mantinha uma tensão permanente no campo. A organização comunal buscava defender um passado idealizado e quase desaparecido, mas cumpria uma função de resistência defensiva das massas contra o estado e os latifundiários. Tratava-se de uma herança de tradição coletiva diferente daquela do camponês europeu sob o feudalismo. Essa tradição comunal, numa época de mobilizações sociais, poderia cumprir uma tripla função: servir como parte da estrutura de sustentação dos organismos da luta revolucionária; envolver a compreensão individual com a perspectiva coletiva e servir de apoio para uma transição produtiva e social superior.¹⁰

A situação se agudizou com as crescentes lutas - efeito das crises econômicas - no interior da classe dominante em vista das eleições de 1910.¹¹

O fim do porfiriato e a revolução das massas

A revolução mexicana de 1910, apesar de todas as precauções da burguesia, começou de forma aparentemente inesperada. Nas cúpulas da classe dominante a divisão e luta debilitava a eficácia dos aparatos de repressão e abria terreno para a organização das massas. O controle político do país fora baseado na pacificação e neutralização dos grupos e setores que normalmente comandavam movimentos armados: o exército, frações insatisfeitas da classe dominante e da pequena burguesia e na repressão sistemática das organizações dos trabalhadores.

Entre os setores da classe dominante a divisão que crescia se expressava em grande parte na luta entre os científicos - grupo de financistas, tecnocratas e intelectuais influenciados por uma ideologia positivista e europeizante – em choque com o grupo do antigo secretário de guerra Bernardo Reyes - um dos generais mais poderosos do governo e que representava uma aliança de fazendeiros e empresários do norte do país. O norte do México constituiu-se em espaço inicial da revolta porque sofrera mais diretamente os efeitos da crise econômica de 1907. Embora Reyes tenha sido afastado por Diaz, os fazendeiros insatisfeitos do norte agruparam-se em torno do novo Partido Anti-reelecionista chefiado por Francisco I. Madero, um rico fazendeiro de Coahuila que se tornara figura nacional em 1908 com a publicação de um livro sobre a sucessão presidencial. Seu partido despertou grande entusiasmo também entre os camponeses locais. A apropriação das colônias de ex-militares pelos grandes fazendeiros, o desemprego de uma grande massa de trabalhadores, criara um ambiente social propício também nestes setores.

Em 16 de setembro de 1910 o regime porfirista parecia tranquilo para comemorar o 100º aniversário do dia em que Hidalgo proclamara pela primeira vez a independência do México. O conteúdo de aparente pacificação e unidade do país durou pouco tempo. Em 5 de junho de 1910 Francisco Madero, candidato da oposição burguesa a Diaz, foi preso sob acusação de sedição. No dia 21 foram realizadas as eleições presidenciais, com generalizadas acusações de fraude. No dia 22 Madero foi libertado e em 6 de outubro ele fuge da cidade São Luís Potosi, onde deveria aguardar julgamento. Em San Antonio, no Texas, Madero lança o Plano de San Luís Potosi, um manifesto político que acusava Porfírio Diaz de fraudar as eleições e convocava o povo revoltar-se em 20 de novembro de 1910. O Plano incluía a promessa de devolução, aos seus verdadeiros donos, das terras usurpadas das comunidades indígenas.

Para surpresa do governo, que contava com a pouca repercussão do apelo, em 1º de dezembro irrompe uma revolta popular em Coahuila, estado do norte, chefiada por Pancho Villa e Pascual Orozco. No estado sulista de Morelos, Emiliano Zapata comanda outro levante de camponeses que se amplia rapidamente. Em 21 de maio de 1911 é assinado um tratado entre Madero e o governo federal que prevê novas eleições para o mês de outubro. A transferência de poder de Porfírio para Francisco Madero fora acertada para sufocar os brotes iniciais da revolução popular que se iniciara, desarmar os revolucionários e restabelecer a ordem jurídica preexistente. Madero se comprometia a dissolver o exército revolucionário, mas as massas haviam entrado em ação com seus próprios ritmos e reivindicações. E Madero, já eleito presidente, não hesitará em enviar antigas tropas porfiristas para esmagar, por exemplo, as tropas de Emiliano Zapata, que se recusara a depor armas.

Zapata encabeçou a resistência contra o acordo proclamando o célebre Plano de Ayala em 28 de novembro de 1911. No manifesto dos camponeses de Morelos que descendia de uma longa estirpe mexicana de planos revolucionários e utopias agraristas. O documento denunciava Madero como traidor por haver abandonado a revolução e as promessas feitas anteriormente. Defendia a nacionalização de todos os bens dos inimigos da revolução, ou seja, os latifundiários e capitalistas do México, com a expropriação imediata das terras e a posse defendida com armas. Embora não fosse um programa socialista, na prática sua aplicação atacava as bases do capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção. Porém, o programa zapatista não se posicionava sobre o problema decisivo do poder e o colocava, na prática, nas mãos da burguesia.¹² A perspectiva camponesa revelava possuir um alcance muito regional – o que será trágico para o futuro de Zapata e Villa - não vendo a luta em nível nacional como uma saída concreta para ação revolucionária. Ao mesmo tempo, a classe operária urbana

– que poderia oferecer um caminho de luta nacional alternativa à burguesia - ainda não possuía uma direção política própria e organismos independentes para favorecer uma aliança com o movimento camponês revolucionário e afastá-lo dos capitalistas.

A incapacidade de Madero, aos olhos da burguesia, em derrotar o zapatismo, decretara o seu fim. Porém, a revolução apenas começava. Os antigos porfiristas eram temerosos da capacidade do novo presidente em enfrentar com os velhos métodos as lutas populares que se radicalizavam após a saída de Diaz. A queda de Madero começou em 9 de fevereiro de 1912 quando o general Huerta, chefe do exército, o derrubou com apoio e aprovação do embaixador dos EUA, Henry Lane Wilson. No dia 22 Madero e seu vice foram fuzilados. O general Huerta toma posse e forma um novo governo com amplo apoio da classe dominante.

As massas camponesas enfrentam a contra-revolução de Huerta

A rebelião popular toma corpo e explode inicialmente de maneira desordenada. Um governador do norte, Venustiano Carranza, tateando os perigos de uma revolução incontrolável contra a ordem, lança um manifesto em que reivindica a Constituição, repudia o golpe e exige novas eleições. O chamado galvaniza uma segunda fase da revolução.

A oposição ao golpe de Huerta se apoiava no setor da burguesia do norte, fazendeiros dos estados de Coahuila e Sonora como Carranza, que perdiam espaço no mercado mexicano com as medidas pós-crise econômica de Diaz e agora Huerta. Estes percebiam de maneira lúcida que a única forma de combater para uma reorientação econômica, e canalizar a revolução popular era colocar-se como direção burguesa nacional apoiada politicamente na pequena burguesia democrática e, através desta, no campesinato. Carranza formalizou a luta contra o golpe com o chamado do plano de Guadalupe em 26 de março de 1912. Desconhecia o governo golpista de Huerta e propunha-se a organizar o Exército Constitucionalista, com o compromisso de, após a vitória, convocar eleições gerais para designar o próximo presidente.

Pancho Villa começa a formar a lendária Divisão do Norte no estado de Chihuahua, agrupando milhares de soldados camponeses em um poderoso exército. Nos meses seguintes toma as cidades do centro do México, distribui terras e torna-se rapidamente um líder popular torrencial. Era um corpo militar que se apoiava na direção burguesa, porém, com crescente independência militar.¹³ Havia importante apoio dos setores operários do Norte como mineiros e ferroviários, mas a massa dos soldados dos exércitos revolucionários era de camponeses. Os oficiais, em sua maioria, eram membros da pequena burguesia, empregados, professores e agricultores. Após a tomada da cidade de Torreón e de se apossar de grande quantidade de apetrechos militares, a divisão villista vai ganhar importância militar estratégica. Em 11 de janeiro de 1914 derrota o exército huertista na batalha de Ojinaga.¹⁴

No noroeste do país, no estado de Sonora, outro líder revolucionário desponta. É Álvaro Obregón, membro da pequena burguesia local que ascenderá política e economicamente, junto com outros de sua classe. Esse setor, com posições jacobinas, propõe que o programa tenha demandas sociais como repartição das terras e a abolição do trabalho não remunerado. Obregón se consolidará depois como árbitro entre a burguesia liderada por Carranza e as massas revolucionárias. Ele agrupa um novo exército que atuará na costa do Pacífico rumo ao centro do país. No Nordeste forma-se o terceiro eixo da ofensiva dos revolucionários e que encontrará uma resistência mais encarniçada das tropas golpistas do general Huerta. É a zona petrolífera de Tampico, no golfo do México, e no estratégico porto de Vera Cruz. Emiliano Zapata soma-

se ao movimento e no Sul, no estado de Morelos, suas tropas guerrilheiras fustigam os arredores da capital México.

As tropas golpistas sofriam de uma corrosão moral e social incontrolável. Dezenas de milhares de soldados são recrutados à força entre os mendigos e desempregados das cidades. Os oficiais traficam recursos e suprimentos vitais das tropas federais para fins particulares. O tratamento dado ao povo é brutal. Os fuzilamentos e enforcamentos de prisioneiros e colaboradores da revolução são norma permanente. Trata-se de tropas desmoralizadas e com praticamente nenhuma iniciativa militar.

Os exércitos revolucionários possuíam problemas de ordem diametralmente oposta. Desde que se consolidara a ofensiva irresistível de Pancho Villa e seu exército camponês, Venustiano Carranza – que se auto-proclamara chefe máximo da revolução - decide sabotá-lo, manobrando para impedir que Villa tome a capital. Villa recebe com atraso provisões e munições e se revolta contra ordens militares absurdas - e depois de uma crise no estado-maior das tropas villistas - decide agir à revelia de Carranza. Entre 22 e 23 de junho de 1914 a divisão do norte toma a importante cidade de Zacatecas, na maior ação de armas da guerra civil até então. Literalmente estava aniquilado um exército federal de 12.000 homens com todos os seus armamentos. O caminho para a capital estava aberto. O exército do noroeste, dirigido por Álvaro Obregón, seu ponto de apoio militar mais importante, recebe ordem para ocupar a cidade do México. Tratava-se da luta de classes atravessando o próprio exército revolucionário e não de rivalidades pessoais como buscaram caracterizar certos historiadores. Um pacto é estabelecido entre Carranza e Villa para prosseguirem os combates contra as tropas federais. A desconfiança entre as duas alas da revolução não cessará de crescer.

A convenção de Aguascalientes

O governo Huerta desmorona e o seu exército se desfaz. Os revolucionários devem agora discutir a composição do novo governo. Organiza-se a Convenção de Aguascalientes. Em 10 de outubro de 1914 iniciam-se os trabalhos. A Convenção se declara soberana, não submetida a nenhuma outra autoridade. As frações camponesas que formavam o grosso das tropas, não aceitavam de pronto a liderança burguesa, que por outro lado, também não aceita ainda realizar concessões principalmente em relação à distribuição de terras. Carranza considera Zapata um simples bandoleiro e não admite que este possa participar da Convenção com seus delegados. Mas a maioria decide e Zapata é convidado a enviar delegados. Ocorre o que Carranza e Obregón temiam: a aliança entre o zapatismo e o villismo. Os debates são truncados e os acordos entre camponeses e burgueses quase impossíveis. São aprovados artigos do plano de Ayala que contém suas principais reivindicações políticas e sociais. Carranza se volta então contra os debates e, em 10 de novembro, o presidente da Convenção Eulálio Gutierrez o declara rebelde. A crise política avança um degrau, os exércitos revolucionários continuam armados e mobilizados, e reabre-se a luta militar.

Os camponeses têm o poder, mas não possuem um programa para o conjunto da nação, não possuem um partido político para exercer este poder que lhes escapa. A vitória completa está nas mãos de Pancho Villa. A velha oligarquia havia sido derrotada e o palácio presidencial estava vazio. A ocupação por Villa e Zapata da capital do México, contra muito do que se tem escrito, foi marcada pela ordem. Não houve saques à população, desordens ou abusos das tropas. Isso demonstrava uma disciplina que, mais que os regulamentos militares, provinham

em sua essência do sentimento de solidariedade com os pobres do México.¹⁵ O pacto de Xochimilco entre Zapata e Villa deveria preparar a luta contra as forças de Obregón e Carranza. O general Felipe Ángeles, principal estrategista villista, defende que era hora de aniquilar por completo o exército debilitado de Obregón e Carranza, para que não lhes desse tempo de reorganizá-lo, consolidando a vitória das forças da Convenção.

Villa e Zapata sentam na cadeira presidencial, andam pelos corredores do centro de poder do país e decidem abandonar a capital, dispersando suas tropas por várias frentes de luta secundárias. É o tempo de Obregón salvar-se da total aniquilação. Villa pensava em Chihuahua e Zapata em Morelos, o México nação lhes escapa, mas não à burguesia.¹⁶

A burguesia dirigente e a derrota dos exércitos campesinos

A burguesia, lúcida, refletia sobre o conjunto do país, avaliava suas forças militares, suas reservas econômicas e suas possíveis alianças políticas internas e externas. Sabendo do perigo que corriam, Carranza e Obregón trabalham rápidos e febrilmente para tentar reverter à situação de colapso de suas forças. O porto de Vera Cruz torna-se sede do “governo constitucional” carranzista, permite uma saída para o exterior, a chegada de suprimentos e fornece base material com os impostos locais para reorganizar as tropas.

Era preciso agir também na arena política para tentar reverter o enorme apoio popular de Villa e Zapata. Com a capital praticamente desocupada, Obregón decide tomá-la e inicia uma ofensiva política para ganhar os setores populares urbanos para seu lado. Uma das iniciativas políticas utilizadas por ele para se aproximar do movimento operário e popular foi distribuir comida e provisões para os indigentes da cidade e atacar comerciantes, banqueiros, igreja e estrangeiros. Os sindicatos foram convidados a ajudar na distribuição. São tomadas medidas drásticas contra capitalistas, comerciantes e padres, sendo que alguns deles são fuzilados.¹⁷ São organizadas reuniões com os sindicatos em busca de apoio. Continuando a tradição laica e anticlerical dos liberais mexicanos, espaços da igreja como conventos e sedes de congregações são confiscados pelo governo e doados aos sindicatos. Cento e oitenta padres são presos e depois alistados no exército. Obregón estabelecia laços sólidos com o movimento sindical que lhes serão muito úteis no futuro. Foi realizada paralelamente uma campanha política afirmando que os zapatistas villistas eram inimigos, bandidos e saqueadores.¹⁸

A Casa del Obrero, centro operário da capital, debate a adesão ao exército constitucionalista. Mas os debates são inconclusos e um setor decide aderir. Os batalhões vermelhos previstos no acordo de 17 de fevereiro de 1915 previam o alistamento de operários pelos sindicatos. Essa adesão dividiu com a classe operária, entre eles estavam os dirigentes Soto y Gama e Perez Taylor, que se uniram para as forças da convenção, aos zapatistas. Ferroviários e petroleiros também não aderem. Não existiu, porém, nenhuma tendência ou grupo operário que propusesse um programa político e uma aliança com os camponeses armados. Isto provavelmente pelo fato de que o movimento operário estivesse dominado pelo anarco-sindicalismo e pelo oportunismo. Entre quatro e 10.000 operários se alistaram, formando os seis batalhões vermelhos. Dois deles lutarão contra Pancho Villa na batalha Celaya. As consequências para os operários serão trágicas no futuro.

Os batalhões vermelhos não representaram a política do conjunto da classe operária, que não deixou de agir mesmo após os acordos dos setores majoritários com Carranza e Obregón. Este período da revolução foi um dos mais dinâmicos para o movimento operário,

que usufruiu de uma inédita atividade política e liberdade de ação por conta da situação política favorável. Multiplicaram-se sindicatos, organizações, agrupamentos políticos, novos jornais e ondas de greves. A classe operária buscou se erigir como força independente e formular uma linha de ação de acordo com seus interesses. A primeira greve geral do país ocorreu em 1916.

Fortalecida a retaguarda política, Obregón decide concentrar suas tropas, retira-se da capital e vai ao encalço de Villa e do núcleo forte de suas tropas. Celaya, cidade ocupada pelas tropas obregonistas, torna-se uma praça forte para enfrentar o ataque villista. Os combates são terríveis, pois não se tratava mais de luta entre um exército revolucionário contra as desmoralizadas tropas federais. Villa e Obregón se conheciam. E Obregón conhece muito bem os impulsos às vezes voluntaristas do adversário, prepara um plano defensivo com sua infantaria, artilharia e metralhadoras para desgastar a poderosa cavalaria villista. Sua própria cavalaria descansa escondida em um bosque próximo de Celaya. Após várias investidas e o cansaço das tropas de villistas, Obregón ataca e destroça a vanguarda adversária. Os combates se prolongaram entre os dias 6 e 15 de abril de 1915. As tropas de Villa são derrotadas por Obregón. A revolução ainda não terminara, mas o eixo da luta mudara irremediavelmente de sentido. Ao contrário de Villa meses antes, Obregón não dará fôlego ao adversário para se reorganizar e o empurra até praticamente a fronteira com os EUA. Para trás ficam milhares de soldados camponeses mortos, feridos, prisioneiros, muitos suprimentos e munição.

Da institucionalização da revolução ao cardenismo

Os combates contra tropas remanescentes de Villa no Norte e Zapata no sul prosseguiram, mas com pouca capacidade de colocar em risco a nova ordem em construção. Uma Assembleia Constituinte se inaugurou na cidade de Querétaro em 21 de novembro de 1916. O debate da nova constituição era uma iniciativa que buscava favorecer a diluição da luta camponesa. As concessões da burguesia mexicana aos trabalhadores eram feitas no momento em que Villa retomava a ofensiva no Norte, agindo como um fator de pressão a mais sobre a constituinte. Em 22 de dezembro de 1916 Pancho Villa tomava a cidade Torreón com um novo exército de mais dez mil soldados. Para burguesia era então decisivo manter aliados neste momento os trabalhadores urbanos, as forças de esquerda e o jacobinismo da pequena burguesia representada agora pelos oficiais revolucionários.¹⁹ Com a derrota das tropas camponesas os batalhões vermelhos são desmobilizados. A repressão contra os trabalhadores toma corpo. Já seguro da derrota dos camponeses, Carranza os reprimirá brutalmente.²⁰

A constituição de 1917 consolidava institucionalmente a vitória da revolução e refletia uma composição de forças sociais e políticas contraditórias. Do ponto de vista das frações burguesas, fortalecia os interesses dos setores nacionalistas e novas instituições de controle sobre os movimentos de massa. Consagrou uma série de direitos sociais contra a vontade dos setores conservadores de Carranza. Declarava “o domínio inalienável e imprescritível” da nação sobre os minerais do subsolo, como petróleo, carvão, metais e águas. Também aprovava normas de divisão da terra e estabelecia o ejido, forma moderna da propriedade comunal, como categoria de instituição constitucional ao lado da pequena propriedade.

O artigo 123 estabelecia entre suas questões mais importantes a jornada máxima de 8 horas de trabalho diurno e 7 horas para o trabalho noturno. Estabelecia a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre para mulheres e menores de 16 anos, um dia de descanso semanal obrigatório, um mês de descanso depois do parto e salário-mínimo: “o que se considere suficiente, atendendo as condições de cada região, para satisfazer as necessidades normais da

vida operária, sua educação e seus prazeres honestos”. Sobre a organização operária garantia o direito de associação e de formação de sindicatos, o direito de greves e paralisações, o estabelecimento de juntas paritárias com operários e patrões para conciliação e arbitragem de conflitos trabalhistas. O artigo 30 impunha severas restrições às igrejas, sobretudo a Católica, estabelecendo o matrimônio como contrato civil, o não reconhecimento da personalidade jurídica de nenhuma igreja, os ministros dos cultos passavam a ser considerados como pessoas que exercem uma profissão, sendo proibido ao clero participar da vida política, votar ou se associar com fins políticos.

As reformas sociais produzidas pela revolução contraditoriamente se voltaram contra os movimentos independentes das massas, como os exércitos de Villa e Zapata. Apesar do peso militar dos camponeses, as possibilidades de construção de uma representação política nacional destes sempre fracassarão. Isso não significou que os camponeses não tivessem projetos e plataformas políticas próprias. O plano de Ayala de Zapata foi, por exemplo, marcante na delimitação das reivindicações camponesas.²¹ Quanto ao movimento operário, ele se organizará sob o manto ideológico e quase mitológico da vitória da revolução. De fato, a constituição de 1917 permitiu transformar as reformas sociais em instituições políticas.²²

A polêmica sobre a caracterização política da revolução é longa. Durante muitos anos foi classificada por marxistas como uma revolução pequeno-burguesa ou democrático-burguesa, como a definiu a 1ª Conferência Comunista Latino-americana de junho de 1928 em Buenos Aires. A revolução, enfim, consolidou a burguesia mexicana e lhe permitiu controlar em melhores condições as massas populares sem, no entanto, romper o controle do imperialismo sobre o país. Para Pablo Gonzáles o México jamais estruturou plenamente uma democracia e um governo burguês porque o capitalismo não foi estabelecido totalmente. A revolução teve um caráter nacional e antiimperialista dirigida pela burguesia, terminou com as relações de tipo semi-feudal e buscou uma política nacional de desenvolvimento capitalista, no qual a classe trabalhadora não se constituiu como classe independente.²³ Em outro sentido, Trotsky caracterizará revolução mexicana como uma revolução de caráter bonapartista,²⁴ em que o estado busca se firmar como um árbitro das classes sociais. De um lado, procurava-se preservar os antigos privilégios de banqueiros e investidores estrangeiros convertidos em parte à nova classe dominante pósrevolucionária.²⁵ Por outro lado, as massas mantiveram capacidade e perspectivas de ação independente.

Trotsky e o último período da revolução mexicana

O durante a década de 1920, principalmente no governo de Plutarco Calles (1924-1928), houve um esforço para burocratizar o movimento operário e conter as conquistas sociais da revolução. Lázaro Cárdenas Del Rio encabeça um setor que buscará radicalizar a revolução burguesa antes que esta perdesse o controle das massas.²⁶ Isto explica por que Cárdenas se apropria de uma retórica de esquerda. Como assinalou Werner Altmann: *“a retórica socialista da burguesia mexicana é por sua vez a expressão da segurança da condição hegemônica desta classe social na realidade política econômica e social do México na época de Cárdenas, e a ponte que essa classe estende ideologicamente às classes subalternas como se sua revolução fosse a delas”*.²⁷ O bonapartismo torna-se uma necessidade para a burguesia frente à crescente ação independente das massas de um lado e, de outro, às pressões do imperialismo com quem ela não rompe por completo.

Na década de 1930, sob o signo da crise mundial de 1929, precipita-se o que muitos historiadores chamarão de “período tardio” da revolução mexicana. Cárdenas aprofunda uma série de medidas sociais e busca uma aliança mais sólida com os movimentos do campo e da cidade. Em 1935 ele acelera a reforma agrária e atinge o núcleo da agricultura comercial. Os ejidos passam a representar mais da metade das terras cultiváveis do país como fruto do ataque às grandes propriedades. Os camponeses são enquadrados na conformação da Confederação Nacional Camponesa em 1938, formando um corpo armado de 60.000 milicianos. Com os operários também houve uma aproximação e maior controle, com formação da Confederação de Trabalhadores do México em 1936. Em 18 de março de 1938 foi nacionalizada a indústria petrolífera como parte das medidas anti-imperialistas do governo.²⁸

O governo de Cárdenas representava uma nova fase da revolução mexicana ao reforçar medidas de soberania nacional frente ao imperialismo. Tratava-se de um giro do regime burguês nacionalista para a esquerda no momento de ascensão da luta das massas. Coerente com estas posições, Cárdenas desenvolveu uma política internacional anti-imperialista e independente, o que explica seu apoio irrestrito à revolução espanhola e o asilo político concedido a Leon Trotsky. Este chegou México em 9 de janeiro de 1937. O presidente mexicano repudiou a exigência de expulsão do dirigente revolucionário russo vinda dos stalinistas e do dirigente sindical Vicente Lombardo Toledano. Com isto, permitiu que a atividade de organização da Quarta Internacional fosse levada a cabo por Trotsky, que também participa na elaboração e inclusive redação, junto com o general Mujica, do decreto de nacionalização das companhias petrolíferas em 1938. Trotsky, em polêmica com militantes que se recusavam a apoiar as medidas anti-imperialistas de Cárdenas, reafirma a perspectiva da revolução permanente que combina a luta, sob direção operária, por reivindicações nacionais e democráticas com a revolução socialista. Os militantes revolucionários mexicanos deveriam, para Trotsky, apoiar a expropriação do petróleo como uma medida de defesa nacional, progressista em relação à perspectiva socialista, mas preservando a independência de classe do proletariado frente a Cárdenas: *“nossos camaradas do México e fora dele, tratam de maneira abstrata do que concerne ao proletariado, incluindo a história em geral, já não de saltar com as massas por cima de certas etapas, senão por cima da história em geral e, sobretudo por cima do desenvolvimento do proletariado. A classe operária do México participa e não pode mais que participar do movimento, na luta pela independência do país, pela democratização das relações agrárias etc. Deste modo, o proletariado pode chegar ao poder antes que a independência do México esteja assegurada e as relações agrárias reorganizadas”*.²⁹

O fim do governo Cárdenas em 1940 coincidiu com os últimos momentos de vida de Trotsky no México, até ser assassinado covardemente por um agente de Stálin no dia 20 de agosto. Na correspondência de Cárdenas observa-se o apreço do presidente mexicano pelo líder revolucionário russo. O assassinato de Trotsky foi visto por Cárdenas não só com indignação, mas como uma agressão à soberania nacional e à revolução mexicana.³⁰ No período de governo de Cárdenas (1934-1940) pode-se dizer que houve a finalização da revolução iniciada em 1910. Passados cem anos, hoje o proletariado mexicano possui essa herança histórica para prosseguir e liderar a nação mexicana em seu caminho de emancipação.

Notas

1. Katz, Friedrich. “O México: a república restaurada e o porfiriato: 1867-1910”, in: Bethell, Leslie, *História da América Latina*, vol. 5, pp. 23-32

2. Idem, pp. 52-53
3. Gilly, Adolfo. *La Revolución Interrumpida*, México, ediciones Era, 2007, p. 32
4. Idem, pp. 45-48
5. F. Katz, op cit, pp. 79-81
6. Idem, pp. 83-84
7. Ibidem, pp. 87-90
8. Nunes, Américo. *As Revoluções do México*, 2ª ed. São Paulo: ed. Perspectiva, 1999, pp. 73-74
9. Idem, p. 49
10. Ibidem, p. 70. Reflexão semelhante fará o revolucionário marxista peruano José Carlos Mariátegui em seu livro de 1928, *Sete ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* sobre o lugar dos ayllus, comunidade camponesas andina, na aliança com os operários pelo socialismo.
11. Gilly, Adolfo, op cit, p. 81
12. Idem, p. 101
13. Ibidem, p. 122
14. Ibidem, p. 133
15. Ibidem, p. 189
16. Uma análise detalhada do destino de Pancho Villa está em Friedrich Katz, em seu monumental *Pancho Villa: The Life and Times*, Stanford, Califórnia, 1998
17. Gilly, Adolfo, op cit, pp. 212-214
18. Hall, Linda B. Álvaro Obregón: *poder y revolución en México 1911-1920*, México, Fondo de cultura econômica, 1975, pp. 105-109
19. Gilly, Adolfo, op cit, p. 258
20. Semo, Henrique. *História mexicana*, México, editora Era, 1978, pp. 236-239.
21. Warman, Arturo. La lucha social e no en el campo de México: un esfuerzo de periodización, in: *Historia de la cuestión agraria mexicana (1934-1940)*, México: Siglo XXI, pp-24-25
22. Córdova, Arnaldo. México, revolución burguesa y política de masas, p. 73. in: Adolfo; CÓRDOVA, Arnaldo; BARTRA, Armando et al. *Interpretaciones de La Revolución Mexicana*. México: Nueva Imagen, 2003
23. Casanova, Pablo Gonzáles. *La Democratie au Mexico*, Paris: Éditions Anthropos, 1965. O autor defendia a necessidade de uma aliança dos trabalhadores com a burguesia, na medida em que seria necessário para ampliar a democracia interna e ter um pacto antiimperialista com a burguesia progressista.
24. Córdova, Arnaldo, op cit, pp. 79 e 82. O autor, equivocadamente, considera redundante afirmar o caráter bonapartista do estado, que sempre que coloca como representante de toda a sociedade embora represente de fato os interesses da classe dominante.
25. Idem, p. 76
26. Altman, Werner. México: o estado e a unidade nacional cardenista, separata da *Revista de História*, nº 115, em julho-dezembro, 1983, p. 92
27. Idem.
28. Camín, Héctor Aguilar e Meyer, Lorenzo. *A sombra da revolução mexicana*, São Paulo: Edusp, 2000, pp. 117-191
29. Trotsky, Leon. *O México e o imperialismo*, Obras, t. 18 (em francês), in: *Revista A Verdade*, 26, novembro de 2000, p. 66
30. Altmann, Werner. *México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa*, São Leopoldo: editora Unisinos, 2001, pp. 20-24